

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.316.737 - PR (2012/0062860-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : LOUIS DREYFUS COMMODITIES AGROINDUSTRIAL S/A  
**ADVOGADA** : NANCY GOMBOSSY DE MELO FRANCO - SP185048  
**RECORRIDO** : JACÍDIO CARANDINA  
**ADVOGADO** : CLÓVIS ROBERTO DE PAULA - PR004407

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por LOUIS DREYFUS COMMODITIES AGROINDUSTRIAL S/A (fls. 836/865) contra acórdão exarado pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ-PR).

Cuidam os autos, na origem, de "*ação resolutória de contrato por onerosidade excessiva c/c declaratória de ineficácia de título e pedido de antecipação de tutela*" proposta por JACÍDIO CARANDINA contra LOUIS DREYFUS COMMODITIES AGROINDUSTRIAL S/A.

O il. Magistrado julgou procedente o pedido (sentença às fls. 282/300).

Diante disso, LOUIS DREYFUS COMMODITIES AGROINDUSTRIAL S/A interpôs apelação, a qual foi parcialmente provida pelo eg. TJ-PR, nos termos do v. acórdão, assim ementado (fls. 669/670):

*"APELAÇÃO CÍVEL - RESOLUÇÃO DE CONTRATOS DE COMPRA E VENDA ANTECIPADA DE SOJA - OSCILAÇÃO DO PREÇO DE MERCADO - INAPLICABILIDADE DA TEORIA DA IMPREVISÃO - "PACTA SUNT SERVANDA" - ONEROSIDADE EXCESSIVA I AFASTADA - CÉDULAS DE PRODUTO RURAL EM GARANTIA - AUSÊNCIA DE PAGAMENTO ANTECIPADO PELO COMPRADOR - DECLARAÇÃO DE INEFICÁCIA DOS TÍTULOS - SENTENÇA MANTIDA APENAS NESSA PARTE - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.*

*I-Nos contratos de compra e venda antecipada de soja verde, a fixação prévia do preço avençado pelas partes tem por objetivo poupá-las das incertezas e oscilações do mercado.*

*II -É inaplicável a teoria da imprevisão pelo simples advento de fenômenos naturais que possam implicar no aumento do custo da produção, porque se trata de risco previsível! e inerente à atividade agrícola.*

*onerosidade excessiva do contrato, impondo-se respeitar a máxima "pacta sunt servanda.*

*IV - Somente tem eficácia de título executivo a Cédula de Produto*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Rural que tenha sido emitida em garantia já antecipação de pagamento pelo comprador, previamente à tradição do produto.*  
"

Inconformado, LOUIS DREYFUS COMMODITIES AGROINDUSTRIAL S/A manejou o presente recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, no qual alega, além da divergência jurisprudencial, a violação dos arts. 3º e 11 da Lei n.º 8.929/94.

Contrarrazões às fls. 938/944.

É o relatório. Decido.

A irresignação merece prosperar.

No apelo nobre que pretende trânsito, sustenta o recorrente a violação dos arts. 3º e 11 da Lei n.º 8.929/94, ao argumento de que a ausência de pagamento antecipado não invalida a Cédula de Produto Rural.

Com efeito, este Sodalício orienta-se no sentido de que o pagamento antecipado não é requisito essencial da Cédula de Produto Rural, conforme arestos a seguir:

**"AGRAVO INTERNO. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. AÇÃO DE COBRANÇA. CÉDULA DE PRODUTO RURAL - CPR. AUSÊNCIA DE PROVA DO PAGAMENTO ANTECIPADO DO PREÇO DO PRODUTO. SÚMULA N. 83/STJ. REVISÃO DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ.**

**1. Considera-se improcedente a arguição de ofensa ao art. 535 do CPC/73 quando o Tribunal a quo se pronuncia, de forma motivada e suficiente, sobre os pontos relevantes e necessários ao deslinde da controvérsia.**

**2. O pagamento antecipado não é requisito essencial à validade da emissão da cédula de produto rural, que, não obstante sirva para o financiamento da safra, também pode ser formalizada numa operação de hedge quando o agricultor, independentemente do recebimento antecipado do pagamento, pretende proteger-se contra os riscos de possível flutuação de preços no mercado futuro. Súmula n. 83/STJ.**

**3. Incide a Súmula n. 7 do STJ se o acolhimento da tese defendida no recurso especial reclamar a análise dos elementos probatórios produzidos ao longo da demanda.**

**4. Agravo interno desprovido."**

(AgInt no AREsp 447.091/GO, Rel. Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/08/2016, DJe

26/08/2016, g.n.)

*"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. COMERCIAL. CÉDULA DE PRODUTO RURAL. DESVIO DE FINALIDADE. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO ANTECIPADO PELO PRODUTO REFERIDO NO TÍTULO. POSSIBILIDADE.*

*1. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a ausência do prévio pagamento pela aquisição dos produtos agrícolas enunciados na Cédula de Produto Rural não constitui desvio de finalidade, não gerando a nulidade do título de crédito.*

*2. Agravo regimental a que se nega provimento."*

(AgRg no REsp 1349324/GO, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 01/12/2015, DJe 07/12/2015, g.n.)

*"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITOS PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. CÉDULA DE PRODUTO RURAL. PAGAMENTO ANTECIPADO. COMPROVAÇÃO. DESNECESSIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.*

*1. Não ofende o art. 535 do CPC a decisão que examina, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial.*

*2. A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que o pagamento antecipado não é requisito essencial à validade das cédulas de produto rural, que, a par das essencialmente financeiras, também podem ser formalizadas a título de garantia do preço da commodity.*

*Precedentes.*

*3. Prevalece no âmbito desta Corte o entendimento de que a análise dos parâmetros a serem considerados para fins de arbitramento da verba honorária, mediante a equitativa apreciação do Magistrado, é incompatível com a via estreita do recurso especial, ainda mais quando o valor arbitrado pelas instâncias ordinárias não se revela exorbitante.*

*4. Agravo regimental a que se nega provimento."*

(AgRg no AREsp 771.896/MT, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/2015, DJe 23/11/2015, g.n.)

Assim, considerando que o v. acórdão estadual contraria a jurisprudência desta eg. Corte Superior, o recurso especial merece acolhimento a fim de declarar a validade da Cédula de Produto Rural.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RI-STJ, dou provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação *supra*.

Publique-se.

Brasília (DF), 30 de outubro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator